



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

LEI ORDINÁRIA Nº 5612, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE MEIA ENTRADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ÀS SESSÕES DE CINEMA, TEATRO, ESPETÁCULOS, ESPORTIVOS, SHOWS E OUTROS EVENTOS CULTURAIS EXIBIDOS NAS SALAS E CASAS DE ESPETÁCULOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ([Redação dada pela Lei Ordinária n.º 5.662, de 13 de junho de 2014](#))

(Projeto de Lei nº 124/2013, de autoria do Vereador Professor Eric de Oliveira)

VEREADOR RICARDO ALBERTO PEREIRA PIORINO, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba faço saber que a Câmara aprovou e eu, nos termos do parágrafo único do Art. 45 da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte lei::

Art. 1º Fica assegurado às pessoas com deficiência o direito à meia-entrada nas sessões de cinema, teatro, espetáculos esportivos, shows e outros eventos culturais exibidos nas salas e casas de espetáculos da cidade de Pindamonhangaba. ([Redação dada pela Lei Ordinária n.º 5.662, de 13 de junho de 2014](#))

§ 1º Entende-se por meia entrada o desconto de 50% nos ingressos concedidos nos termos do “caput” do deste artigo.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei são consideradas pessoas com deficiências as pessoas que apresentarem: ([Redação dada pela Lei Ordinária n.º 5.662, de 13 de junho de 2014](#))

a) deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida;

b) deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

c) deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da media do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60° ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

Art. 3º A meia-entrada de que trata a presente Lei será concedida mediante a apresentação, pela pessoa com deficiência, de atestado médico contendo o C.I.D. - Código Internacional de Doença, ou de documento emitido por órgão oficial que comprove a condição alegada. ([Redação dada pela Lei Ordinária n.º 5.662, de 13 de junho de 2014](#))

Art. 4º Deverá constar, de forma clara e precisa, em toda veiculação publicitária de que trata a presente lei, os valores diferenciados estabelecidos.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 27 de fevereiro de 2014.

RICARDO ALBERTO PEREIRA PIORINO
Presidente da Câmara de Vereadores